



ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA PETROBRÁS SETEMBRO/92 Nº 21

A verdade sobre aumentos da gasolina

A AEPET denunciou em entrevista coletiva a realidade sobre os constantes aumentos de preço da gasolina, mostrando que embora o reajuste — 363,08% — tenha sido acima da inflação do período (primeiro semestre) — 317% — a PETROBRÁS foi aumentada abaixo desta, em 254,18%. Os aumentos maiores foram para as distribuidoras — 574,71%; o Governo, através de impostos, com 541,06%, muito superior a inflação. Pelo estudo do diretor da AEPET, José Conrado de Souza, se as parcelas do preço da gasolina, vigente em 31/7/92, referentes às remunerações tivessem sido corrigidas pelo índice da inflação ficando a diferença para o refinador, tal como ocorre nos países desenvolvidos, a PETROBRÁS teria uma receita adicional de 800 milhões de dólares ao ano. Ao enviar aos congressistas um esclarecimento sobre os reajustes nos preços dos combustíveis, o diretor Ricardo Maranhão considera imperiosa a necessidade de uma legislação que dê transparência à política de preços para os combustíveis e demais derivados de petróleo, pedindo o empenho dos deputados e senadores junto às autoridades da área econômica e ao Departamento Nacional de Combustíveis para a fixação de uma política que, em obediência à legislação, discipline a matéria, assegurando à PETROBRÁS os recursos indispensáveis à realização dos seus investimentos fundamentais ao desenvolvimento do País.

N.R.: A inflação foi superior à prevista na data das entrevistas, mudando o índice.

Remuneração da Petrobrás subiu menos do que inflação

Os preços da gasolina aumentaram 363,98% no primeiro semestre deste ano em comparação a uma inflação de 295,32% no mesmo período, segundo cálculos feitos pelo IGP-M da Fun-

ção pelo refinador e referente aos custos do refino, matéria-prima e subsídios, foi reajustada, no semestre, em apenas 254,18%, portanto, abaixo da inflação.

Conforme os dados da Aepet, a parcela referente a impostos, que representa 41,3% do preço total, teve aumento de 541,06%. A parcela das distribuidoras, incluindo os custos financeiros, teve no primeiro semestre aumento de 574,71%, enquanto a parcela dos postos foi reajustada em 541,06%.

Reajuste afeta Petrobrás

Journal do Brasil 12/8/92

O aumento do preço dos combustíveis acima da inflação para recompor as frações da Petrobrás, conferidas ao Ministério da Economia, "é o passivo de uma grande manobra", declarou ontem o diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Diomedes Cesar de Souza. De janeiro a julho, o consumidor arca com um reajuste de 363,98%, muito acima da inflação de 295,32% medida pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas. Mas o preço que entra nos postos na parcela dos impostos incididos no preço de venda, aumentados em 541,06%, na realidade, com o aumento de 541,06% do reajuste da Petrobrás, o consumidor paga o mesmo preço de 1991, hoje já diluído a 19%.

Impostos — Em janeiro, os impostos sobre o preço da gasolina significavam 12% do valor do produto. Em julho, já representavam 41,3% do preço. A remuneração da Petrobrás, que representa 25,32% do preço, aumentou para 41,3% em julho. A parcela dos postos, que representa 23,32% do preço, aumentou para 54,11% em julho. O preço da gasolina em julho, portanto, é 54,11% maior do que em janeiro de 1991, hoje já diluído a 19%.

Gazeta Mercantil — 12/08/92

Remuneração pelo refino da gasolina ficou abaixo da inflação no semestre

por Fátima Belchior do Rio

Durante o primeiro semestre deste ano, enquanto a inflação medida pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV), variou 295,32%, o consumidor de gasolina teve de pagar mais 363,98% pelo litro do produto. Nesse mesmo período, porém, a parcela da remuneração da Petrobrás (refino e matéria-prima, entre outros) foi reajustada em 254,18%, menos do que a inflação. Os impostos sobre o combustível, corrigidos em 541,06%, e a parcela das distribuidoras, que representa 23,32% do preço, aumentou para 54,11% em julho. O preço da gasolina em julho, portanto, é 54,11% maior do que em janeiro de 1991, hoje já diluído a 19%.

tuais destinados à Petrobrás na composição dos preços dos derivados, fazem parte de uma série de estudos da entidade, entre os quais trabalhos sobre a evolução de preços em outros países no Brasil. Em 1992, por exemplo, após uma análise comparativa com 1986, o valor médio de realização da Petrobrás (matéria-prima e refino) registrou uma queda de 40%. Na opinião de José Conrado de Souza, diretor da Aepet, a principal explicação para a redução da margem da Petrobrás foi o aumento da carga de tributos. A partir de dados divulgados em setembro de 1990 pela revista Fortune, Souza mostrou, também, que o litro de gasolina vendida nos Estados Unidos não tem subsídios e que as parcelas que cabem ao refinador e produtor ou comprador da matéria-prima superam as da Petrobrás. Em julho, quando o litro de gasolina custava Cr\$ 2.120,00, a estatal recebia 7,08% pelo refino, 18,41% pela matéria-prima e 18,17% para que este combustível subsidiasse outros produtos. As três parcelas totalizava 43,66%. Em setembro do ano passado, quando o galão de gasolina custava Cr\$ 2.400,00, a estatal recebia 7,08% pelo refino, 18,41% pela matéria-prima e 18,17% para que este combustível subsidiasse outros produtos. As três parcelas totalizava 43,66%.

Engenheiros contestam as contas da Petrobrás

Estadão de São Paulo — 12/08/92

Se o consumidor continuasse pagando o que paga, mas se as parcelas de distribuidoras, refino e impostos fossem corrigidas apenas pela inflação, o restante seria incorporado a Petrobrás, a estatal teria obtido uma receita de Cr\$ 1 bilhão e 1 bilhão e 300 milhões de reais em mais lucro do que o atual. Os cálculos consideram o consumo médio mensal de 100 milhões de litros de gasolina e diesel em setembro, a Petrobrás apresentou lucro de Cr\$ 200 milhões em setembro de 1991, hoje já diluído a 19%.

Aepet denuncia manobra

A associação dos engenheiros da Petrobrás (Aepet) denuncia como uma "grande manobra" o reajuste de preços dos combustíveis. Os cálculos feitos pela entidade, com base na estrutura de preços da gasolina, mostram que a Petrobrás obtém a maior parte da receita do semestre, corrigida abaixo da inflação acumulada de 295,32% (Índice Geral de Preços do Mercado/IGP-M de janeiro a julho) com a venda do combustível: matéria-prima (283,38%), subsídios (193,33%) e custo do refino (413,76%) - única parcela cujo reajuste foi superior ao da inflação. Enquanto isso, as parcelas absorvidas pelo próprio governo (impostos), distribuidoras e revendedores tiveram reajustes bem maiores, respectivamente de 541,06%, 574,71% e 330,50%. Se o consumidor continuasse pagando o que paga, mas se as parcelas de distribuidoras, refino e impostos fossem corrigidas apenas pela inflação, o restante seria incorporado a Petrobrás, a estatal teria obtido uma receita próxima de Cr\$ 4,491 bilhão e 300 milhões de reais em mais lucro do que o atual. Os cálculos consideram o consumo médio mensal de 100 milhões de litros de gasolina e diesel em setembro, a Petrobrás apresentou lucro de Cr\$ 200 milhões em setembro de 1991, hoje já diluído a 19%.

A caixa preta é outra

Sempre que abastece o carro o consumidor fica se perguntando para onde vai cada cruzeiro pago pela gasolina. Quando o abastecimento do seu carro é feito em posto que concede desconto, sua curiosidade ainda é maior: Como pode a PETROBRÁS estar em crise quando o posto pode conceder desconto? A crise financeira atual da PETROBRÁS é sem precedente, a ponto da empresa comprometer a pesquisa de petróleo na busca de reservas estratégicas; de reduzir os investimentos em tecnologia, de estimular aposentadorias antecipadas de funcionários dotados de grande experiência, de atrasar o pagamento de seus funcionários, de cancelar contratações que provocam crises nas empresas prestadoras de serviço. O consumidor conclui que algo deve estar errado.

Foi amplamente divulgado no primeiro semestre deste ano que os preços dos combustíveis subiram mais do que a inflação. A explicação oficial é de que seria possível, desse modo, recuperar as finanças da PETROBRÁS. Ledo engano. De janeiro a junho deste ano os preços ao consumidor sofreram um reajuste de 363,08%. Isto é, muito acima da inflação do período de 317%, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas.

Do preço dos combustíveis uma parcela é para a PETROBRÁS, representando custo do refino e a matéria prima. A Companhia recolhe ainda no preço da gasolina uma parcela para subsidiar outros derivados como o GLP e a nafta petroquímica. O preço ao consumidor inclui, ainda, os impostos, as margens das distribuidoras e dos revendedores.

No preço ao consumidor existe uma parcela de custo financeiro, indo uma parcela para o refino e outra para a distribuição.

Mas o dinheiro que entrou com o aumento foi para as distribuidoras — 574,71%; para o Governo (através dos impostos) — 541,50% e para os revendedores — 330,50%. Enquanto isso, a PETROBRÁS teve um aumento, no mesmo período, de apenas 254,18%, bem abaixo da taxa de inflação. O que é o oposto do que ocorre no primeiro mundo. Operam no Brasil 10 distribuidoras, das quais cinco são estrangeiras (Shell, Esso, Texaco, Atlantic, Sabbá), e cinco nacionais (BR, Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga, Hudson, São Paulo). Os revendedores — postos — são cerca de 25 mil em todo o Brasil.

A margem das distribuidoras já equivale a 73% de margem do refino. No preço final da gasolina os impostos representavam 32% e passaram para 44,30%. Já a remuneração das distribuidoras e dos revendedores passou de 10,92% para

12,04%. A parte da PETROBRÁS, no entanto, caiu de 57,08% para 43,66%, de acordo com os estudos do diretor da AEPET, José Conrado de Souza.

Deste total, 18,41% são para remunerar a matéria-prima, 7,08% para custo de refino, —(inclusive custo financeiro) e 18,17% para subsídio. Nos países desenvolvidos os refinadores recebem 71,90%. As distribuidoras que operam no mercado brasileiro recebem 5,17% para margem de revenda (inclusive custo financeiro) do preço pago pelo consumidor. No primeiro mundo este paga 3,1%.

De acordo com a revista Fortune no primeiro mundo, as autoridades estão sempre preocupadas em garantir o futuro de suas empresas petrolíferas. Sempre que ocorre um aumento no custo da matéria-prima é corrigido o preço dos produtos finais, priorizando a parcela dos refinadores de modo que o lucro final seja mantido.

Enquanto no primeiro mundo as receitas são corrigidas em épocas diferentes, no Brasil a prática é corrigir todas as receitas, na política de preços dos combustíveis derivados de petróleo. É uma política de pre-

o petróleo estava a US\$ 24 o barril, 71,9% do preço ao consumidor destinava-se ao ressarcimento do custo da matéria-prima e do refino, ficando 7% para distribuidores e revendedores. Os tributos chegavam a 21,1%. Nos EUA não há subsídio de um derivado de petróleo sobre outro, como ocorre no Brasil, onde o preço da gasolina é mais caro para que o diesel seja mais barato.

Se as parcelas do preço da gasolina, vigentes em 31/07/92, referentes às remunerações das distribuidoras, dos revendedores e do Governo (impostos) tivessem sido corrigidas pelo índice de inflação (317%), ficando a diferença para o refinador, tal como ocorre nos países desenvolvidos, a PETROBRÁS teria uma receita adicional de Cr\$ 375,14 por litro de gasolina. Considerando-se o consumo médio mensal de 900 milhões de litros de gasolina, isto representaria um reforço substancial no caixa da PETROBRÁS superior a 60 milhões de dólares por mês ou 800 milhões de dólares por ano, quantia que poderia, se tivesse sido canalizada para a PETROBRÁS, ser investida em pesquisas tecnológicas, na prospecção e produção de pe-

tróleo, gerando milhares de empregos indiretos ao estimular o setor petróleo e as empresas prestadoras de serviços da indústria nacional, sem qualquer ônus adicional para o consumidor. Este raciocínio estendido para os outros derivados do petróleo mostra que a PETROBRÁS deixará de acrescentar à sua receita anual mais de 1 bilhão de dólares por

conta de uma política equivocada de preços, que pune o fator produtivo e privilegia o menos produtivo. Possivelmente, se a nossa política de preços fosse similar à do Primeiro Mundo, o País não estaria parado e mergulhado numa crise econômica destrutiva, que parece não ter fim.

Paradoxalmente, o governo, com o estímulo do setor petróleo, estaria arrecadando muito mais, por ser este setor o que mais contribui com impostos para o Governo, tornando-se desnecessária a reforma fiscal, por meio da qual pretende-se retirar dos estados, municípios e dos assalariados mais impostos, que o Governo se recusa a receber via aumento da produção e do desenvolvimento do País, sem onerar a sociedade.

Ao tomar conhecimento destes fatos, o consumidor, inicialmente curioso, depois indignado e agora assustado e perplexo, concluirá que a solução para o problema não é a liberação dos preços a partir das bases das distribuidoras/revendedores, mas sim a moralização da coisa pública.



ços que estimula fortemente a inflação, provoca o esvaziamento econômico da PETROBRÁS e conduz a um enriquecimento das distribuidoras que poderão, se ocorrer a pulverização com a reestruturação, arrematar pedaços da PETROBRÁS em leilões de privatização.

Fica bem claro como o Governo vem carregando nos impostos. Um deles, o Imposto sobre Importação de Petróleo que começou com uma taxa de 3% em agosto de 1991 chega, hoje, a 19%. Se este imposto passar a 47%, como o Governo vem anunciando, será mais interessante para a PETROBRÁS, de acordo com a avaliação de José Conrado, importar derivados e fechar metade das refinarias. Praticamente metade do consumo diário de 1,3 bilhão de barris é importado.

O consumidor paga ainda PIS, Finsocial (refino, distribuição e revenda), royalties para as plataformas, cota da previdência (gasolina — 25%, gás de cozinha — 12% e demais derivados — 18%) e IVV (imposto municipal). De acordo com a revista Fortune nos Estados Unidos quando

Petróleo: Produzir ou importar?

Hipótese	Produção Decrescente	Produção Estável	Produção Crescente
Investimento Em Produção (1992/95) US\$ Bilhões	—	5,4	9,7
Importação De Petróleo (1992/95) US\$ Bilhões	24	19	14
Produção Em 1995 (Barris/dia)	354.000	670.000	1.000.000

O que é melhor para o País: produzir petróleo internamente ou importar? Em princípio, produzir internamente. Afinal, se houver qualquer conflito ou se o preço internacional disparar, o País permanecerá abastecido ou sofrerá menos que se houvesse uma maior dependência externa. Produzir no País significa também gerar empregos e deixar de gastar divisas.

Mas, e os custos? Afinal, se o custo interno for elevado, pode ser melhor importar, se houver recursos para isso. Maiores preços levam a uma inflação maior. Para quem desconhece, o petróleo nacional custa cerca de US\$ 15 o barril, contra mais de US\$ 20 do importado.

Entretanto, pode-se ainda pensar: como não quero gastar muito em investimentos agora, talvez seja melhor im-

portar a curto prazo e reservar os investimentos mais para o futuro.

Para responder esta questão, vamos imaginar três situações, no período 1992/95, como mostrado no quadro acima. Na primeira, a PETROBRÁS não investe nada em produção de petróleo. Como consequência, a produção despensa de 670.000 barris diários para 354.000 barris, em 1995. Isto ocorre porque os poços vão baixando sua produção e não são abertos outros novos para substituí-los. Para complementar o consumo nacional, gasta-se US\$ 24 bilhões em importação de petróleo no período. Na segunda é mantida a produção em 670.000 barris/dia, sendo necessário investir-se em produção, no período 1992/95, US\$ 5,4 bilhões e despende US\$ 19 bilhões em importação do petró-

leo. Na terceira situação, investe-se US\$ 9,7 bilhões, elevando-se a produção para 1 milhão de barris diários, em 1995, e gastos de US\$ 14 bilhões em importação.

Ao analisar os dados, constata-se que para elevar a produção em 1995 de 670.000 para 1 milhão de barris/dia, investiu-se US\$ 9,7 bilhões a mais que na primeira hipótese. Em contrapartida, deixou-se de gastar cerca de US\$ 10 bilhões em importação de petróleo. Ou seja, gasta-se menos produzindo o petróleo internamente, em cruzeiros, conseguindo amortizar os investimentos feitos em plataformas e equipamentos, que continuarão a produzir, gerando recursos para novos investimentos.

Em suma: produzir petróleo no país é mais barato, economiza divisas para o País, gera empregos e tecnologia, torna o país autônomo e menos vulnerável. Ao negar remuneração adequada à PETROBRÁS (por sinal muito inferior a praticada no competitivo mercado internacional); não pagar os US\$ 3,5 bilhões que deve, obrigando a Companhia a reduzir seus investimentos de US\$ 2,9 bilhões, em 1992, para US\$ 1,5 bilhão, o Governo Federal está tomando uma posição suicida, que comprometerá seriamente a economia do País.

Situação financeira da PETROBRÁS

As dificuldades financeiras da PETROBRÁS, decorrentes da falta de capital de giro, são consequências da política de preços e do não pagamento de dívidas governamentais.

Como pode ser visto no quadro, a dívida líquida do governo para com a PETROBRÁS aumentou em pouco mais de dois anos do atual governo, em mais de US\$ 3 bilhões, multiplicando-se por sete.

A conta petróleo, que leva em consideração a diferença entre o preço do petróleo importado pago pela PETROBRÁS e o que ela é remunerada quando vende seus derivados, aumentou em quase US\$ 2 bilhões.

Hoje, a PETROBRÁS compra petróleo a cerca de US\$ 21 por barril, recebendo US\$ 15, perdendo US\$ 6 por barril. Considerando que a Companhia importa cerca de 550.000 barris diariamente, as perdas mensais atingem cerca de US\$ 100 milhões.

Somam-se a estas perdas os prejuízos com a comercialização do álcool (US\$ 803 milhões) e dívidas de outras estatais (US\$ 1,041 bilhão) — Dados de 16 de julho passado.

Apesar de ter dívidas a receber, para fazer frente a seus compromissos, a PETROBRÁS é obrigada a solicitar

empréstimos bancários. Sua dívida de curto prazo chega a US\$ 3 bilhões, além das de longo prazo, cerca de US\$ 1,2 bilhão, destinada a investimentos. No final, despense US\$ 100 milhões mensais de juros, para rolar dívidas do governo com ela, acabando por se endividar cada vez mais.

Mas, como resolver estes problemas, consequência de interferências indevidas e danosas aos interesses da

PETROBRÁS e seus acionistas? Países como a França e a Itália já praticam, desde o final da década de 60, contratos de gestão com suas estatais, preservando suas autonomias empresariais, após ter aprovado suas metas e investimentos no Congresso Nacional. Compatibiliza-se, desta forma, o interesse do País, resguardando as empresas de ações prejudiciais aos seus negócios.

Relacionamento Petrobrás/ Governo

MILHÕES US\$

A Receber Do Governo	28/02/90	30/06/92	16/07/92
Conta Petróleo	403	2304	2414
Conta Ácool	354	768	803
Outras Estatais	486	1 010	1 041
Total	1 243	4 082	4 258
A Pagar Ao Governo	28/02/90	30/06/92	16/07/92
FND	619	398	398
AFRMM	81	8	8
FUP	17	144	230
Total	717	550	636
Dívida Líquida Do Governo	526	3532	3622

FND — Fundo Nacional de Desenvolvimento
AFRMM — Adicional De Frete De Marinha Mercante
FUP — Frete de Unificação de Preços

Preços praticados na Argentina

Envio em anexo dados publicados na revista AES referentes aos preços ao consumidor, os quais provam que o produto aumentou quase 70% (valor real, pois o período é posterior à dolarização).

No vizinho país não há guerras de preços, como aqui, mas as companhias estão aumentando enormemente suas margens, já que os revendedores mantêm apenas um ganho percentual.

Fica igualmente demonstrada a falácia do argumento das distribuidoras de que tendo acesso ao refino e à revenda o consumidor será beneficiado.

ODILON LACERDA

Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Município do Rio de Janeiro

Percentuais

Durante os primeiros doze meses da desregulamentação do mercado de combustíveis, a gasolina especial aumentou seu valor em 67%, em média; a comum em cerca de 70% e o gásóleo em 73%. As variações entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 1991 foram as seguintes.

	SUPER			COMUM			GASÓLEO		
	1/1/91	31/12/91	Variac. (%)	1/1/91	31/12/91	Variac. (%)	1/1/91	31/12/91	Variac. (%)
YPF	4.720	6.800	69,4	3.900	5.610	69,5	2.350	3.220	73,0
Shell	4.830	7.240	66,7	4.030	5.750	70,0	2.430	3.280	74,0
Esso	4.820	7.240	66,6	4.030	5.730	70,3	2.420	3.250	74,5
Puma	4.800	7.180	66,8	4.000	5.760	69,4	2.420	3.240	74,7
Isaura	4.756	7.130	66,7	3.921	5.690	68,9	2.370	3.220	73,6
Dapsa	4.820	7.200	67,0	4.030	5.740	70,2	2.400	3.200	75,0
Astra	4.830	7.080	68,2	4.030	5.710	70,6	2.430	3.290	73,9

Os preços estão expressos em Austrais, vigentes na Capital Federal

Composição do preço ao consumidor

Estrutura: 14/07/92

Parcelas	Derivado Médio		Gasolina		Óleo Diesel		O. Combust. 1A	
	Cr\$/L	%	Cr\$/L	%	Cr\$/L	%	Cr\$/L	%
Matéria-prima	390,2130	36,61	390,2130	19,39	390,2130	29,56	390,2130	87,00
Custo de refino (1)	75,6462	7,10	75,6462	3,76	75,6462	5,73	75,6462	16,87
Subsídio cruzado (2)			385,2611	19,14	57,2172	4,33	-221,7481	-49,44
F.U.P. (3)	99,4052	9,33	174,4225	8,67	185,5694	14,06		
Tributos (4)	316,9754	29,74	683,8781	33,98	366,7838	27,78	133,7878	30,94
Margem de distribuição	60,0012	5,63	54,5101	2,71	47,0742	3,57	40,8216	9,10
Margem de revenda	76,6624	7,19	145,5144	7,23	131,9294	9,99		
Custo financeiro	46,9611	4,41	103,3990	5,14	65,7324	4,98	24,7386	5,52
Consumidor	1.065,9000	100,0	2.012,8000	100,0	1.320,2000	100,0	448,5000	100,0

Parcelas	QAV		Nafta Petroq.		Nafta p/gás rua		GLP	
	Cr\$/L	%	Cr\$/L	%	Cr\$/L	%	Cr\$/L	%
Matéria-prima	390,2130	48,52	390,2130	75,92	390,2130	97,33	390,2130	67,35
Custo de refino (1)	75,6462	9,41	75,6462	14,72	75,6462	18,87	75,6462	13,06
Subsídio cruzado (2)	-9,1084	-1,13	-86,7699	-16,88	-183,1980	-45,70	-301,2289	-51,99
F.U.P. (3)	-7,8204	-0,97						
Tributos (4)	276,8366	34,42	134,9087	26,25	118,2538	29,50	142,7908	24,64
Margem de distrib.	78,3897	9,75					226,0962	39,02
Margem de revenda*							23,0387	3,98
Custo financeiro							22,8242	3,94
Consumidor	804,2000	100,0	514,0000	100,0	400,9000	100,0	579,4000	100,0

(1) Inclui custo do pessoal, processamento do petróleo, depreciação e remuneração do capital

(2) Instrumento de política energética, permitindo que alguns derivados tenham preços menores que outros, sem que ocorra prejuízo para a PETROBRAS. O valor negativo indica que o consumidor desse produto é subsidiado pelos consumidores de outros produtos que têm preços mais elevados.

(3) Frete de Uniformização de Preços (p/uniformização parcial dos preços em todo país)

(4) Pis/Finsoc. (refino, dist., rev.) + Royalties Plataf. + Cota previd. + IMP. Import. s/Petróleo + ICMS (Gasolina e Qav, 25%, GLP, 12%, demais produtos, 18%).

Obs.: Preços a consumidor de combustíveis automotivos são os valores máximos permitidos.

(*) No caso do GLP, inclui comissão do revendedor de GLP. Não inclui taxa de entrega domiciliar.

Mas a política adotada pelo Governo penaliza a atividade produtiva, aumentando tremendamente a carga tributária, enquanto a PETROBRÁS fica sem dinheiro. Em documento enviado aos parlamentares, o diretor da AEPET, Ricardo Maranhão, demonstra a necessidade imperiosa de uma legislação que dê transparência à política de preços para os combustíveis e demais derivados de petróleo. Em uma democracia é o mínimo

que se deve exigir: respeito para consumidores e contribuintes. É solicitado o empenho dos parlamentares para que as autoridades da área econômica e o Departamento Nacional de Combustíveis fixem uma política de preços que, em obediência à legislação que disciplina a matéria assegure à PETROBRÁS os recursos indispensáveis à realização dos seus investimentos fundamentais ao desenvolvimento do País.

os investimentos em tancagem são praticamente nulos, não repondo nem mesmo as necessidades mínimas recomendadas pelo próprio DNC?

• Por que está dando prosseguimento, no Governo Collor, ao esvaziamento econômico da PETROBRÁS, iniciado no governo Sarney, uma das exigências do FMI, com o objetivo de prepará-la para a "privatização", obrigando a PETROBRÁS a assumir prejuízos, contrariando instrumentos legais existentes; a subsidiar a comercialização do álcool hidratado, da nafta petroquímica, do gás de cozinha; a vender os derivados de petróleo para as distribuidoras concedendo prazos para faturamento, que variam de 8 a 28 dias, sem cobrar encargos financeiros? Estas perdas totalizam, anualmente, um prejuízo para a PETROBRÁS — atenção senhores pequenos e médios acionistas — superior a US\$ 2 bilhões, fora o prejuízo de outros 2 bilhões de dólares via política de correção dos preços.

• Por que não pagou a dívida, reconhecida pelo Tribunal de Contas da União, de 3,6 bilhões de dólares, contrariando acordos do próprio Governo com a Empresa de recuperação gradual dos preços?

• Por que, atendendo a orientação do Ministro da Economia, estabeleceu uma alíquota, que começou em 3%, já está em 19% e fala-se em aumentar para 47%, referente ao imposto na importação de petróleo, sem repassar este custo adicional de mais de US\$ 700 milhões para os preços dos produtos? O curioso é que este imposto aumentando os custos de produção da PETROBRÁS foi criado concomitantemente com a redução dos impostos na indústria automobilística. É um crime sem precedente na história do Brasil. É fato inédito na história mundial. Quer dizer, o próprio Governo tributa a matéria-prima que a indústria brasileira é obrigada a importar e não repassa este custo para os preços dos produtos. No entanto, os derivados do petróleo podem ser importados sem incidência de impostos, dando-se a impressão de que o governo Collor pretende criar condições para que seja atrativa a importação de combustíveis, ao invés de sua produção no Brasil. Se esta prática criminosa não for impedida pelo Congresso Nacional, caminharemos para o fechamento de nossas refinarias, porque passará a ser mais econômico a importação de derivados de petróleo de outros países. Parece impossível, mas não é. A Argentina, que adotou este processo entreguista, já fechou várias refinarias, provocando desemprego interno para gerar empregos em outras terras.

• Por que sua política de preços, juntamente com a política de "privatização" com "moedas podres", beneficia poucos grupos privilegiados em detrimento da grande maioria da sociedade brasileira, destruindo centenas de empresas e milhares de empregos, justamente o setor mais produtivo da economia, reduzindo a arrecadação do próprio Governo e jogando o País em uma recessão desnecessária, além de aumentar os gastos de divisas com importação de petróleo e seus derivados, com a paralisação dos projetos para auto-suficiência em petróleo?

Portanto, a caixa preta não é a PETROBRÁS, como tem sido amplamente divulgado. A caixa preta é outra.

Tabela 1
Estrutura de preços no Brasil (gasolina)

	Janeiro/92,		Julho/92,		% de Aumento no semestre
	Cr\$/L,	(%)	Cr\$/L,	(%)	
1. Custo do Refino*	29,11	6,36	150,14	7,08	415,76
2. Matéria-prima	101,78	22,23	390,21	18,41	283,38
3. Subsídios	130,45	28,49	385,27	18,17	195,33
4. Petrobrás (1+2+3)	261,34	57,08	925,62	43,66	254,18
5. Impostos***	146,43	32,00	939,35	44,30	541,50
6. Distribuidoras**	16,23	3,54	109,51	5,17	574,71
7. Revendedores	33,80	7,38	145,52	6,87	330,50
8. Consumidor	457,80	100,00	2.120,00	100,00	363,08

*Nele está embutido o custo financeiro, que em 1º de Janeiro era 16,80 e em 31 de julho era de 74,50.

**Nele está embutido o custo financeiro, que em 1º de janeiro era 6,52 e em 31 de julho de 28,90

***Nele está incluído o Frete de Uniformização de Preços

Tabela 2
Estrutura de preços nos EUA (gasolina)

Petróleo,	18,00 US\$/barril, US\$/galão		24,00 US\$/barril US\$/galão	
		(%)		(%)
1. Custo do Refino	0,32	29,10	0,35	27,40
2. Matéria-prima	0,43	39,10	0,57	44,50
3. Refinador (1+2)	0,75	68,20	0,92	71,90
4. Subsídios,	—	—	—	—
5. Impostos	0,27	24,50	0,27	21,10
6. Distribuidoras	0,02	1,80	0,04	3,10
7. Revendedores	0,06	5,50	0,05	3,90
8. Preço Consumidor	1,10	—	1,28	—

Revista Fortune

Por outro lado, a tabela 2, formada com dados retirados da revista Fortune de 10/09/1990, na página 42, mostra os valores de cada parcela na formação do preço pago pelo consumidor americano e a política de preços em caso de aumento. Mostra, também, que a parcela melhor remunerada, no Primeiro Mundo, na comercialização de gaso-

solina, é a dos refinadores, pois quando o preço aumentou de US\$ 1,10 o galão (o petróleo custava US\$ 18 o barril) para US\$ 1,28 o galão (o petróleo aumentou para US\$ 24 o barril), eles passaram a receber 71,9% do preço pago pelo consumidor, sendo 44,5% para remunerar a matéria-prima e 27,4 para remunerar o refino.

Cabe explicar

• Por que, o fator mais produtivo, a PETROBRÁS, é remunerada com 43,66% do preço pago pelo consumidor (18,41% para pagar a matéria-prima, 7,08% para pagar os custos do refino e 18,17% para os subsídios), enquanto que 56,34% remuneraram basicamente os fatores menos produtivos: as distribuidoras, o governo e os revendedores?

• Por que, desrespeitando as leis do mercado liberal, obriga a PETROBRÁS a vender petróleo para as refinarias particulares de Mangueiras, no Rio de Janeiro, e Ipiranga, no Rio Grande do Sul, concedendo prazos de faturamento de 37 dias, sem cobrar encargos financeiros?

• Por que, no caso do gás de cozinha, permite, desrespeitando o Código de Defesa do Consumidor, que as distribuidoras vendam para o consumidor doméstico o quilo do gás por preços diferentes, isto é, quando ar-

mazenado em botijão de 13 kg, o quilo do gás custa a metade do preço do quilo do gás armazenado em botijões de 45 ou 90 quilos, os mais usados nos grandes condomínios. Fazendo um paralelo, seria a mesma coisa que o supermercado vender o quilo de açúcar pelo dobro do preço quando embalado em pacotes de 5 ou 10 quilos. E por que concordou que as distribuidoras de gás descumprissem instrumentos legais vigentes e ficassem mais de 10 anos sem construir tancagem, deixando por conta da PETROBRÁS esta responsabilidade, que deveria ser somente delas. E, ainda, por que, como órgão regulamentador do Governo, não agiliza a liberação e a autorização para que a BR atue na área de distribuição de gás de cozinha?

• No caso das distribuidoras de derivados líquidos (gasolina, óleo diesel, querosene de aviação, etc), por que, nos últimos dez anos,

Quem ficou com o aumento da gasolina?

São apresentados gráficos mostrando a evolução do preço da gasolina ao consumidor, do Valor Médio de Realização da PETROBRÁS (VMR), do preço do petróleo e da evolução VMR/petróleo.

As principais observações, que podem ser acompanhadas, através dos gráficos em anexo, são as seguintes:

— O preço da gasolina ao consumidor, após sofrer grandes oscilações no período, está atualmente no mesmo nível de março/86;

— Já o Valor Médio de Realização é inferior a 60% do seu valor em março/86;

— A explicação para a diminuição da margem da PETROBRÁS reside principalmente no aumento na carga de tributos, o que fez com que mesmo tendo sido reajustado o preço da gasolina de acordo com a inflação, a margem da PETROBRÁS tenha diminuído significativamente. Esta observação é, a nosso ver, importante pois, no momento, se estuda no Congresso Nacional a adoção de um novo tributo sobre

os combustíveis, o que para a PETROBRÁS poderá significar novos prejuízos;

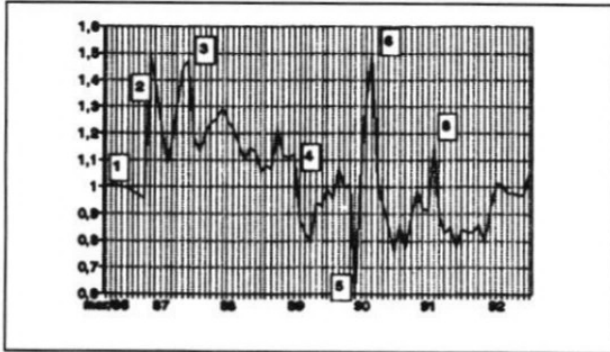
— A falta de autonomia da empresa, para fixar os preços de acordo com os seus custos, se torna mais visível no descompasso entre preços internos e externos. Assim é que em 1986, enquanto o petróleo no mercado internacional apresentava os menores valores do período, o preço da gasolina no mercado interno se situava no seu patamar mais elevado, em parte devido à criação do empréstimo compulsório cobrado a partir de julho/86 e incorporado à estrutura em novembro do mesmo ano. Em contrapartida, durante a crise do Golfo, que elevou a cotação do petróleo a cerca de US\$ 35/bbl, os preços da gasolina se mantiveram num de seus patamares mais baixos. Outro aspecto que chama a atenção é a enorme variação de preços no curto período de quatro meses compreendidos entre a eleição de 89 e o Plano Collor: 150% em termos reais, recuperando-se de seu valor mais baixo no período, para depois despencar novamente no decorrer de 1990.

Nos gráficos estão assinalados os principais eventos ocorridos ao longo do período compreendido entre o Plano Cruzado (março/86) e a data de hoje.

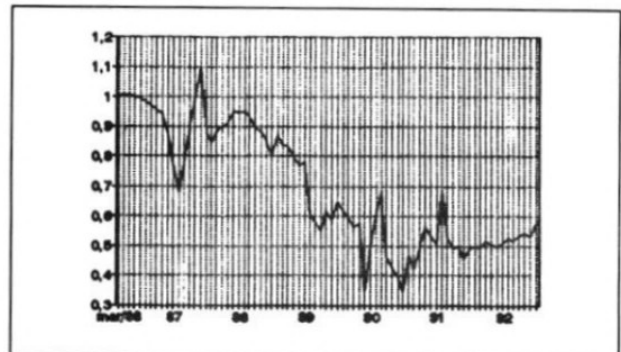
— Nota-se que aumentos acima da inflação, concedidos no instante da edição de planos econômicos, rapidamente são neutralizados devido à política subsequente de não aumentar os preços, para tentar evitar o recrudescimento da inflação;

— O gráfico que apresenta uma certa correlação entre o resultado da PETROBRÁS e o nível de preços é o gráfico VMR/PETRÓLEO, que mostra as oscilações da relação entre a remuneração da PETROBRÁS(VMR) e o preço de aquisição do petróleo importado, expressos na mesma moeda. Os três picos decrescentes mostrados no gráfico VMR/PETRÓLEO ocorreram em anos que correspondem respectivamente aos três melhores lucros da companhia no período. O excelente resultado de 1986 foi acentuado pela queda de preços do petróleo no mercado externo. Os resultados de 88 e 90 foram apenas razoáveis.

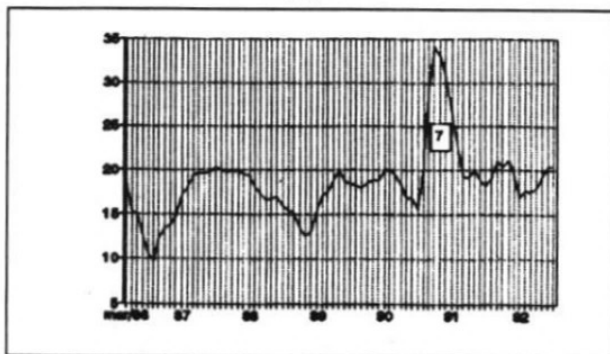
Preço da gasolina ao consumidor
Indexador : IGP



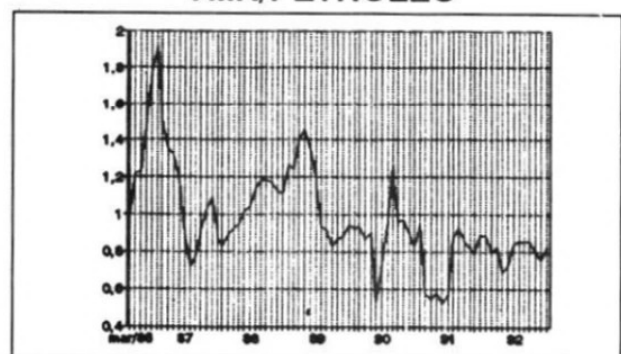
Valor médio de realização
Indexador: IGP



Evolução do preço do petróleo
US\$/bbl CIF



Evolução da relação
VMR/PETRÓLEO



Eventos:

1 — Plano Cruzado
2 — Compulsório

3 — Plano Bresser
4 — Plano Verão

5 — Eleição 89
6 — Plano Collor

7 — Crise do Golfo
8 — Plano Collor II